

Arte, Cultura Africana e os Livros Didáticos do Ensino Fundamental

Art, African Culture and Elementary School Textbooks

Jailson Araújo Carvalho

Doutorando em Artes Cênicas - Universidade de Brasília, Brasil

Secretaria de Educação do Distrito Federal [SEEDF]

jailson.carvalho@edu.se.df.gov.br

<https://orcid.org/0000-0002-0888-0634>

Resumo: o presente estudo buscou: analisar a utilização da coleção Afreaka como possibilidade pedagógica para suprir as lacunas existentes nos livros didáticos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental sobre Arte e Cultura africana; analisar os livros didáticos de Arte do Ensino Fundamental – Anos Finais – mais utilizados na Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, Distrito Federal, a partir da Lei nº 10.639/2003, sobre o ensino da Cultura e Arte africana; analisar a coleção Afreaka a partir da Lei nº 10.639/2003; e, analisar possíveis interações entre os livros didáticos de Arte e a coleção Afreaka. A metodologia utilizada foi a análise documental com reflexões sobre as cinco coleções de livros didáticos e a coleção Afreaka. Notou-se que, de fato, a Lei nº 10.639/2023 ainda não é aplicada na prática escolar a partir dos livros didáticos.

Palavras-chaves: Arte e Cultura Africana; Educação; Coleção Afreaka

Abstract: the present study sought to: analyze the use of the Afreaka collection as a pedagogical possibility to fill the gaps existing in textbooks for the 6th to 9th year of Elementary School on African Art and Culture; analyze the Elementary School Art textbooks – Final Years – most used in the Regional Education Coordination of Recanto das Emas, Federal District, based on Law nº 10,639/2003, on the teaching of African Culture and Art; analyze the Afreaka collection based on Law nº 10,639/2003; and, analyze possible interactions between Art textbooks and the Afreaka collection. The methodology used was documentary analysis with reflections on the five textbook collections and the Afreaka collection. It was noted that, in fact, Law No. 10,639/2023 is not yet applied in school practice based on textbooks.

Keywords: African Art and Culture; Education; Afreaka Collection

1 - Ponto de partida

No Brasil, ser um professor negro significa enfrentar batalhas diárias em diversos aspectos; e, ser um professor negro que leciona Arte é duplicar os desafios no que tange ao ensino da Arte negra. Nesse viés, por muito tempo, necessitei buscar referências artísticas sobre a cultura afro-brasileira para suprir as lacunas nos livros didáticos, uma vez que estes trazem a arte e cultura afro-brasileira com muita superficialidade.

No percurso de minha vida, em grande parte do tempo, fui a única pessoa negra no meio acadêmico, profissional e/ou social – o que pode gerar sentimentos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem. Assim, tem-se na inclusão da Arte afro-brasileira na Educação Básica aquilo que me impulsionou a realizar a presente pesquisa.

O ensino da Arte e Cultura afro-brasileira é um aspecto que carece de mais atenção na Educação Básica. Mesmo após a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), percebe-se que muito ainda deve ser feito para que a mesma seja, de fato, cumprida. As omissões na execução da lei, sem dúvida, deixam lacunas na formação cultural dos estudantes, sobretudo, na Educação Básica. Por isso é importante compreender que as raízes artísticas e culturais do povo negro também se originam naquilo que os escravos trouxeram de seus países de origem no continente africano. É inegável pensar a arte e a cultura brasileira sem associá-la a elementos dos povos africanos.

Uma das vias dessa conexão entre a formação artística e cultural brasileira com a arte e cultura africana, ou afro-brasileira, se dá por meio de aulas de Arte na escola. Diversos docentes da disciplina Arte elaboram os materiais que serão utilizados em sala de aula, mas vários utilizam os livros didáticos enviados pelo Governo Federal. Nesse sentido, se ater somente ao material recebido é um caminho metodológico que poderá empobrecer a experiência educativa dos estudantes, tendo em vista que alguns livros didáticos tentam apagar as contribuições da cultura africana na formação cultural brasileira.

O ensino da Arte e Cultura afro-brasileira é extremamente importante para promover a valorização da diversidade cultural presente na sociedade brasileira e combater o racismo e a discriminação – estes últimos, ainda enraizados na cultura vigente. Para a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas públicas e privadas do país significaria um avanço sobre como se percebe tal

questão. A partir da criação desta lei, a Arte e a Cultura afro-brasileira devem ser transversalmente integradas aos currículos escolares em todas as áreas do conhecimento.

É importante que os aspectos das linguagens artísticas da Arte afro-brasileira sejam contemplados de modo contextualizado, ou seja, que fique explícita a contribuição que os povos africanos e seus afrodescendentes deixaram para a formação cultural brasileira.

Diante do exposto, o presente estudo se justifica porque diversos livros didáticos trazem o ensino da Cultura e Arte africana em uma ou duas páginas – o que muito delimita um conteúdo bastante amplo. Por causa disso, a proposta do presente projeto de pesquisa é incluir a coleção Afreaka – composta por quatros livros (volumes 1, 2 e 3, e Livro de Atividades) – como outra possibilidade e complemento para o ensino da Cultura e Arte africana. Tal coleção foi distribuída gratuitamente para as bibliotecas de 1800 escolas públicas do Estado de São Paulo, com a intenção de fazer cumprir as Leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008), reforçando a presença da Cultura e Arte africana nas instituições de ensino.

Esse olhar para o livro didático impossibilita que a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que detalha a obrigatoriedade do ensino da Cultura e Arte africana na Educação Básica, seja cumprida. Nesse sentido, após uma busca por materiais de apoio pedagógico que me possibilitassem percorrer essa temática com mais profundidade, me deparei com a coleção Afreaka e, com ela, uma gama de conhecimento inigualável para difusão no ambiente escolar.

De todo modo, a presente pesquisa se deu com base na seguinte problematização: como está disposto o conteúdo sobre Arte e Cultura africana nos livros didáticos de Arte no Ensino fundamental?

A partir dos aspectos supracitados, as linhas que se seguem buscaram, como objetivo geral, analisar a utilização da coleção Afreaka como possibilidade pedagógica para suprir as lacunas existentes no livro didático em geral do Ensino Fundamental sobre a questão da Cultura e Arte africana; e, como objetivos específicos: analisar os livros didáticos de Arte do Ensino Fundamental – Anos Finais – mais utilizados na Coordenação Regional de Ensino (CRE) do Recanto das Emas, Distrito Federal, a partir da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) sobre o ensino da Cultura e Arte africana; analisar a coleção Afreaka a partir da Lei supracitada sobre o ensino da Cultura e Arte africana; e, analisar possíveis interações entre os livros didáticos de Arte existentes e a coleção Afreaka.

1.1 - Metodologia

A metodologia qualitativa utilizada foi a análise de conteúdo, a partir da análise dos conteúdos nos livros didáticos de Arte do Ensino Fundamental adotados via Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2020-2023 pelos professores das escolas públicas da CRE Recanto das Ermas, Distrito Federal. Em contraponto, foi analisado o conteúdo da coleção intitulada Afreaka: África sem estereótipos. Dessa feita, a pesquisa pretendeu analisar os dados que descrevem e ilustram a realidade do livro didático dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) sobre o ensino da Cultura e Arte africana.

A pesquisa qualitativa apresenta características que se preocupam com aspectos mais relacionados com a qualidade dos dados gerados do que com a quantidade, uma vez que busca responder questões muito particulares. Além disso, “[...] ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis” (MINAYO, 1994: 22).

A análise de conteúdo é um método de pesquisa que busca, a partir de um conjunto específico de dados, desenvolver uma análise temática. Ela pode ser compreendida “[...] como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que objetiva analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não-verbais, por meio de uma sistematização de métodos empregados numa análise de dados” (SOUSA; SANTOS, 2020: 1400).

Para isso, fez-se um levantamento de dados sobre os livros didáticos utilizados pelos professores de Arte dos Anos Finais do Ensino Fundamental na CRE Recanto das Emas, Distrito Federal. Por conseguinte, os livros didáticos foram analisados a partir do conteúdo sobre Cultura e Arte africana ali expressos.

O presente artigo foi dividido em quatro momentos, quais sejam: 1) Introdução à temática proposta; 2) Apresentação dos aspectos teóricos do assunto proposto; 3) Reflexão sobre a pesquisa executada; e, 4) Apresentação das considerações finais.

2 - Das raízes culturais

O sistema educacional brasileiro tem compactuado com a ideologia do embranquecimento com livros didáticos e práticas pedagógicas que omitem ou camuflam as raízes africanas – o que permite a disseminação de valores negativos da cultura negra. Nesse viés, o ensino da Arte poderia fortalecer os valores positivos da identidade cultural afro-brasileira. E ainda, por meio da Arte e da Cultura, seria possível compreender o que um povo quer dizer para o mundo.

O ensino da Arte africana na escola é uma questão importante, pois permite aos estudantes o conhecimento da diversidade cultural e artística do continente africano, além de contribuir para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo. Vale recordar que a história e a cultura africana foram excluídas do ensino nas escolas brasileiras durante muitos anos. Por isso, a inclusão da Arte africana no currículo escolar é fundamental para reverter esse quadro e promover a valorização da diversidade cultural e étnica.

A Arte africana é rica e diversa, com influências de diferentes grupos étnicos e regiões do continente africano. Ela inclui esculturas, pinturas, tecidos, cerâmicas, entre outras manifestações artísticas. No ensino da Arte africana, é importante destacar sua importância cultural e a relação entre a arte e a vida cotidiana dos povos africanos. Vale ressaltar que o continente africano é muito vasto e rico de culturas e artes diferentes.

Devido à heterogeneidade cultural das diversas etnias africanas, não houve uma homogeneidade cultural praticada, reproduzida e relida, pois, apesar de os negros serem oriundos do continente africano, apresentavam realidades culturais diferenciadas em alguns aspectos devido às regiões às quais pertenciam (ASSUNÇÃO; VASCONCELOS, 2019: 60).

A heterogeneidade destacada por Assunção e Vasconcelos (2019) provoca a reflexão sobre a dimensão e diversidade que o ensino da Arte e Cultura africana pode proporcionar para Educação Básica brasileira. Além disso, é essencial abordar a contribuição da cultura africana para a cultura brasileira. A influência da Arte africana pode ser vista em diversos aspectos da cultura brasileira (dança, música, religião, culinária, entre outros).

Dessa forma, o ensino da Arte africana na escola brasileira não somente contribui para a promoção da diversidade cultural, mas também para o combate ao racismo e para o fortalecimento da identidade nacional brasileira. Assim, mostra-se fundamental que os professores recebam formação adequada para abordar esse tema de modo respeitoso e consciente, buscando promover uma educação antirracista e inclusiva. Essa abertura para uma educação antirracista deveria acontecer, de fato, após a promulgação da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003).

Foi a partir da Lei nº 10.639/03, que concebe o ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira nos estabelecimentos públicos e privados de ensino no país, que é possível trabalhar essas temáticas ainda bem pouco estimuladas pelos docentes em várias instituições escolares. Essa normativa objetiva o estudo da história da África e dos africanos, da história e cultura destes povos na construção da cultura brasileira, nos contextos social, econômico e político que são relevantes à história do Brasil. Ela propõe novas possibilidades de destacar a importância dos povos negros como partícipes de uma cultura plural, bem como se manifesta como instrumento contra o preconceito e a discriminação perpetuada ao longo dos anos (DANTAS, 2022: 22).

A Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) é uma legislação que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do país. Sendo promulgada em 2003, foi o resultado de uma longa luta do movimento negro e de diversos setores da sociedade civil para combater o racismo e promover a igualdade racial. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) –, estabelecendo que o currículo escolar deve incluir conteúdos que abordem a história e cultura dos povos africanos, a luta dos negros no Brasil, a contribuição da cultura afro-brasileira para a formação da sociedade brasileira, entre outros temas relacionados.

Sobre a questão, Silva e Pereira observam que:

A referida lei não surgiu de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva. Na década de 1990, ocorrem movimentos intensos em todo Brasil a favor da afirmação da identidade negra, com destaque para a célebre Marcha Zumbi dos Palmares, que, segundo Lucimar Dias, reuniu cerca de 10 mil negros e negras, que foram a Brasília com um documento reivindicatório a ser entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. Diante de muitas lutas e de alguns resultados conquistados, a causa negra adquire mais força a partir dos anos 2000, finalizando com a promulgação, em 2003, da referida lei Silva e Pereira (2013: 126)

Com todas as lutas destacadas por esses autores, o ensino da Cultura afro-brasileira e africana nas escolas passou a ser obrigatório em disciplinas como, por exemplo, História, Literatura Brasileira, Artes e Ciências Sociais, em todos os níveis de ensino. A ideia é proporcionar aos estudantes uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira.

Além disso, a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) também prevê a formação continuada de professores para abordar adequadamente tais conteúdos em sala de aula, buscando superar

estereótipos e preconceitos e promover a valorização da cultura afro-brasileira e africana. Sua implementação tem se dado em um processo gradual, onde as escolas e os educadores têm buscado formas de incluir efetivamente esses conteúdos em seus currículos. Diversos materiais didáticos foram produzidos para auxiliar os professores nessa tarefa, bem como existem projetos e iniciativas voltados para a promoção da cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

Após a promulgação da lei 10.639 e a criação de agências promotoras da igualdade racial e afins, há ainda um longo caminho a ser percorrido, até que se supere a inconsistente ideia de democracia racial, ainda vigente no Brasil contemporâneo. Além disso, é necessário analisarmos tais questões por diversos prismas: embora a lei reconheça a importância da luta do negro no Brasil e sua trajetória; obrigue o ensino da cultura negra nas escolas, por meio de pesquisas teóricas e práticas; acuse a vertente eurocêntrica da história, ensinada nas escolas como única e soberana; cumpra perguntar: será que os professores do ensino fundamental e médio estão habilitados e preparados para lidar com essa nova realidade? (SILVA; PEREIRA, 2013: 133).

O ensino da cultura afro-brasileira e africana não se limita apenas ao mês da Consciência Negra (novembro), mas deve ser trabalhado transversalmente ao longo de todo o ano letivo, com o objetivo de proporcionar uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade étnico-racial e contribua para o combate ao racismo e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Com a legislação em vigor mostra-se interessante a reflexão sobre o livro didático que chega para a escola pública. Mas, para se falar em livro didático, é preciso voltar no tempo, na época da expansão da educação escolar no Brasil, em especial, no século XX. O destaque foi dado em 30 de dezembro de 1938, no governo de Getúlio Dornelles Vargas, com a publicação do Decreto nº 1.006 (BRASIL, 1938) e o estabelecimento das condições que deveriam ser seguidas para a produção, importação e utilização deste material. O livro didático foi assim definido na legislação:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula (BRASIL, 1938).

No início de sua produção, o livro didático restringia sua distribuição gratuita para estudantes carentes das escolas primárias dentro do Programa Caixa Escolar. A escolha do livro era arbitrária e o Estado definia as condições de aprovação ou não para cada livro. Dentro das

condições existiam critérios analisavam aspectos que fossem contra a forma de governo, que disseminassem ideologias contrárias à República e que ofendessem o chefe da Nação, as autoridades das Forças Armadas ou qualquer outra autoridade nacional.

De todo modo, no processo de utilização do livro didático nas escolas brasileiras, percebeu-se um grande avanço em vários aspectos. Desde o conteúdo mais reflexivo até temas que discordam da forma de governo. Porém, uma grande mudança surge em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), que traz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todos os níveis da Educação Básica – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Mas, o que se percebe, segundo Oliveira Neto (2012: 115), é que: “Tais avanços, no entanto, não representaram uma mudança significativa e, infelizmente, as permanências foram desproporcionalmente mais numerosas”.

Outro ponto relevante que deve ser observado é sobre a forma como a população negra é apresentada em alguns capítulos de livros. Tem-se que toda pluralidade econômica, cultural, artística e várias outros aspectos são reduzidos a única ideia de que “o personagem negro só existe quando é preciso discutir a desigualdade racial, o que mais uma vez, opera no sentido de negar a possibilidade do negro de existência plena e reforçar a branquidade normativa” (SILVA, 2009: 10). Além disso, os livros de Artes ajudam para esse recorte.

Sobre a questão, Santana, Luz e Silva apontam que:

Há um problema básico. Quais são os saberes que estão sendo mobilizados e transformados em fenômenos? Quais são as esferas que decidem sobre a legitimidade dos saberes, das formas que eles devem ser didatizados e selecionados? Há um dilema e uma aporia no campo da epistemologia do saber e da vigilância epistemológica que a pesquisa insinua (SANTANA, LUZ E SILVA, 2013: 104-105)

De fato, os autores destacam um aspecto muito importante: quem decide qual conteúdo é importante entrar no livro didático ou não e como tais escolhas são refletidas na sala de aula? Por que a história, a cultura e a arte afro-brasileira são relegadas nos livros didáticos e qual o impacto na formação cidadã dos estudantes que percorrem esse caminho de aprendizagem sem o contato mais aprofundado com tais conteúdos?

No decorrer da História da Arte, independente de qual seja a origem de sua criação, tem-se que a figura humana é a imagem mais usada, seja na arte africana, seja na arte europeia, seja na arte americana, seja na arte asiática. A arte produzida no Brasil não se difere muito desses

aspectos, pois, as representações mais divulgadas têm relação com a arte ocidental, sobretudo, com o homem branco em um lugar de superioridade em relação ao homem negro. Assim, pensar na contribuição da história, da cultura e da arte africana para a formação do Brasil é, no mínimo, sobrepujar esses aspectos que minimizam a importância do homem negro para o país. Olhar para o continente africano além do ponto de vista da escravidão é algo que se faz necessário.

O conhecimento da História da África é condição para o entendimento da formação da sociedade brasileira. As tecnologias, costumes, culturas, estruturas políticas, econômicas e sociais trazidas pelos africanos não são devidamente reconhecidos e integrados à História do Brasil. Nossa formação, via de regra, apresenta-se reduzida a uma extensão da história europeia com pinceladas exóticas das culturas indígenas e africanas (CLARO, 2014. p. 9).

Claro (2014) atenta para a importância sobre o conhecimento histórico da África para a formação da sociedade brasileira em diversos aspectos. Já Santos e Gomes consideram que:

[...] a História da África é uma temática e um conhecimento de grande relevância para a formação crítica e reflexiva dos indivíduos, especialmente por possibilitar uma visão acerca de um passado intimamente relacionado com aspectos de formação identitária, políticos, econômicos e sociais também dos dias atuais (SANTOS E GOMES, 2021: 130)

Com a intenção de modificar as possibilidades e ferramentas para os professores trabalharem em sala de aula, no que tange a outra forma de olhar para a cultura e arte africana, têm-se alguns autores com publicações importantes para que os estudantes consigam vivenciar, com mais profundidade, o conteúdo em voga. Entre os autores em questão, encontram-se Flora Pereira e Natan de Aquino, onde a junção profissional de uma jornalista e de um designer gráfico originou o projeto intitulado Afreaka: África sem estereótipos. Com seis anos de existência, seu objetivo inicial foi o de desenvolver novas mídias referentes à cultura e à arte africana e afro-brasileira ao romper alguns obstáculos em relação ao continente africano. Além disso, buscaram produzir conteúdos inéditos e de fácil acesso a todos.

A coleção Afreaka: África sem estereótipos é composta por quatro livros (volumes 1, 2 e 3, e Livro de Atividades). A coleção foi distribuída gratuitamente para as bibliotecas de 1800 escolas públicas do Estado de São Paulo, com a intenção de fazer cumprir as Leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008), reforçando, assim, a presença da cultura e arte africana nas instituições de ensino.

Os livros da coleção Afreaka são assim divididos:

- Volume 1: mídia, arte, literatura, grandes impérios, identidade;
- Volume 2: tecnologia, línguas, sustentabilidade, autenticidade, filosofia;
- Volume 3: grafite, dança, sociedades tradicionais, grandes cidades, música; e
- Atividades: sugestões de atividades para sala de aula – Ensino Fundamental e Médio.

Dessa maneira, a união destes livros com o livro didático poderia ampliar o olhar do estudante sobre o conteúdo relacionado aos países africanos. E com isso fazer valer o que pede a legislação.

3. Reflexões sobre a pesquisa

A presente pesquisa se deu via análise documental a partir da análise de conteúdo dos livros didáticos de Arte utilizados por docentes lotados na Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas (CRE), Distrito Federal. No início de 2023, a CRE elaborou uma planilha com informações dos livros didáticos utilizados pelas escolas e sobre a necessidade de adquirir mais exemplares. Depois de muito esforço e conversa com algumas pessoas, a planilha foi disponibilizada para que a presente pesquisa pudesse ocorrer.

Assim, foi percebido que as escolas de Ensino Fundamental da CRE do Recanto das Emas, Distrito Federal, adotaram os seguintes livros didáticos:

- BOZZANO, Hugo Luis Barbosa; FRENDA, Perla; GUSMÃO, Tatiane. Janelas da arte: 6º ano. 2. ed. Barueri, SP: IBEP, 2018. 1 CD-ROM. ISBN: 978-85-342-4150-2 (aluno). ISBN: 978-85-342-4151-9 (professor).
- COUTINHO, Rejane Galvão; FUSCALDO, Arthur Iraçu Amaral; BRONIZESKI, Camila; COUTINHO, Christiane; PIMENTEL, Luiz. Se liga na arte: manual do professor. São Paulo: Moderna, 2022. 4 v.
- MEIRA, Beá; PRESTO, Rafael; SOTER, Silvia; MACHADO, Taiana; ELIA, Ricardo. Mosaico arte: corpo, 6º ano: Ensino Fundamental, Anos Finais. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2018. ISBN: 978-85-474-0168-9 (aluno). ISBN: 978-85-474-0169-6 (professor).

- POUGY, Eliana; VILELA, André. *Teláris arte, 6º ano: Ensino Fundamental, Anos Finais*. São Paulo: Ática, 2018. ISBN: 978-85-08-19129-1 (aluno). ISBN: 978-85-08-19130-7 (professor).
- MUNIZ, Mariana Lima; ROCHA, Maurilio Andrade; VIVAS, Rodrigo; PEREIRA, Ana Cristina Carvalho. *Rumos da Arte: Ensino Fundamental: Anos Iniciais*. São Paulo: Edições SM, 2018. 4 v.

Tais coleções de livros didáticos de Arte trazem um ponto em comum: o embranquecimento dos artistas e das obras dispostas no decorrer dos livros. Nesse viés, mostra-se difícil mensurar a qualidade a partir da quantidade, mas quanto menos páginas sobre Arte e Cultura afro-brasileira, menor o contato do estudante com a temática.

Outro ponto em comum entre as coleções é justamente o quantitativo de páginas sobre o tema “arte e cultura afro-brasileira”. A média varia entre duas e quatro páginas em cada volume (do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), perfazendo aproximadamente entre 16 e 20 páginas para cada coleção. Aqui vale destacar que a média de páginas somando os quatro volumes supracitados varia entre 480 e 560 páginas. Assim, em percentuais, as coleções não alcançam 5% do seu total com o conteúdo de Arte e Cultura afro-brasileira. O que os livros didáticos fazem é relegar as raízes africanas e tentar, de algum modo, obrigar a pensar na arte do colonizador europeu branco. Além disso, os livros didáticos direcionam a pensar a arte afro-brasileira a um lugar de inferioridade.

De fato, é impossível pensar na formação cultural do Brasil sem a influência negra. Tal fato mostra-se visível em todas as linguagens. Das Artes Visuais ao Teatro, da Música a Dança, o Brasil possui artistas afro-brasileiros ao longo da história e da formação cultural do país. Mas, o que se percebe nos livros didáticos pesquisados é que o conteúdo em discussão está em dissonância com a legislação, uma vez que todos os livros seguem um padrão de oferta de linguagem: Teatro, Artes Visuais, Música e Dança. Assim, se a oferta do conteúdo contemplasse as quatro linguagens supracitadas, ter-se-iam, ao menos, duas páginas para cada uma delas.

Outro aspecto que aproxima as coleções é que elas escolhem qual linguagem apresentará o conteúdo da arte afro-brasileira e quais não serão contempladas – o que evidencia o quanto a legislação não é cumprida.

Em contraponto ao conteúdo apresentado nos livros didáticos pesquisados, a coleção Afreaka apresenta, de modo simplório, como o conteúdo sobre arte e cultura afro-brasileira pode ser experienciado em sala de aula no Ensino Fundamental. Ela é dividida em quatro livros, cada qual contemplando diferentes temas, como, por exemplo, o volume 1 que se segue:

- Mídia: TV Soweto [África do Sul]; Chimurenga What? A reinvenção da linguagem da mídia África do Sul]; Uma revista sobre a renascimento do continente [Gana].
- Literatura: Caminhos de Mia: o fio que atravessa os livros e a África [Moçambique]; Humor feminino na literatura contemporânea de Senegal [Senegal].
- Arte: Pintura contemporânea de Gana [Gana]; A Arte Geek [Quênia]; Um labirinto da arte contemporânea da cidade de Dakar [Senegal].
- Grandes impérios: Great Zimbabwe [Zimbábue]; Arquitetura do barro [Mali]; Labirintos de Stone Town [Tanzânia].
- Identidade: Arte na cabeça [Zimbábue];

Em suma, de forma simples, didática e acessível, cada volume contempla mais de uma linguagem artística, sendo possível oferecer o conteúdo sobre arte e cultura afro-brasileira nos livros didáticos. A coleção Afreaka pode, sem dúvida, ser um complemento para preencher as lacunas que o livro didático deixa em seu conteúdo.

4. Considerações finais

Após a pesquisa realizada com os conteúdos dispostos nas cinco coleções de livros didáticos de Arte para os Anos Finais do Ensino Fundamental, tem-se que a Lei nº 10.639/2023 (BRASIL, 2023) está longe de ser observada nas salas de aula das escolas da CRE do Recanto das Emas, Distrito Federal. Os livros não oferecem os conteúdos sobre as quatro linguagens artísticas dispostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a respeito da Arte africana.

Outro ponto importante é que a escassez sobre tal conteúdo nos livros didáticos pode provocar algum distanciamento entre o estudante e a arte afro-brasileira; entre o cidadão em formação e suas raízes culturais; entre a população, negra ou não, e um legado construído com

sangue, sofrimento e tortura. E mesmo com todos esses aspectos negativos, os artistas negros se colocaram na constituição da identidade cultural e artística brasileira.

De fato, os livros didáticos de Arte necessitam se adequar e seguir a legislação que determina que o ensino de Arte e Cultura africana estejam presentes na Educação Básica, sobretudo, no Ensino Fundamental. A falta de ensino de Arte e Cultura africana no Ensino Fundamental pode acarretar uma série de prejuízos para o desenvolvimento dos estudantes e para a sociedade como um todo.

A ausência de ensino sobre a Arte e a Cultura africana pode levar à perpetuação de estereótipos negativos e preconceitos em relação ao continente africano e àqueles de ascendência africana – o que pode contribuir para a discriminação e o racismo. Além disso, a arte e a cultura africanas denotam ricas contribuições em todas as linguagens artísticas, ao passo que a falta de ensino sobre tais contribuições culturais negligencia uma parte importante da herança cultural para a formação nacional.

Para os estudantes de ascendência africana, a falta de representatividade de sua cultura na educação pode afetar negativamente a autoestima e o senso de identidade. Sentir-se excluído do currículo pode levar a uma sensação de não pertencimento, ao passo que o contato com tais conteúdo para os estudantes brancos pode ser a oportunidade para diminuir, quiçá, eliminar o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Para combater os prejuízos e as lacunas com a ausência do ensino da Arte e Cultura africana, é importante que os livros didáticos incluam o ensino sobre a temática da pesquisa em suas coleções, a fim de promover a diversidade cultural, combater o preconceito e fornecer uma educação mais abrangente e equitativa para todos os estudantes. Além disso, tal inclusão pode contribuir para uma compreensão mais completa e precisa da história e da cultura do país.

Vale ressaltar que a coleção Afreaka não é uma salvação para que o conteúdo de Arte, História e Cultura Africana seja ofertado. Porém, ela pode ser utilizada em sala de aula em conjunto com o livro didático adotado por docentes de Arte. Assim, o mais importante não é a quantidade de páginas, mas sim, a qualidade do conteúdo. Porém, é inegável que quanto menor o contato com essa arte, menor será o aprendizado sobre ela.

5 - Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Ana Cláudia Lopes de; VASCONCELOS, Flávia Maria de Brito Pedrosa (2019). *Artes Visuais: arte e cultura brasileira*. Fortaleza: EdUECE.
- BOZZANO, Hugo Luis Barbosa; FRENDA, Perla; GUSMÃO, Tatiane (2018). *Janelas da arte: 6º ano*. 2. ed. Barueri, SP: IBEP. 1 CD-ROM. ISBN: 978-85-342-4150-2 (aluno). ISBN: 978-85-342-4151-9 (professor).
- BRASIL (1938). *Poder Legislativo. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938*. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL (1996). *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL (2003). *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL (2008). *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 maio 2023.
- CLARO, Regina (2014). *Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula*. São Paulo: Hedra Educação, 192 p. ISBN: 9788565206389.
- COUTINHO, Rejane Galvão; FUSCALDO, Arthur Iraçu Amaral; BRONIZESKI, Camila; COUTINHO, Christiane; PIMENTEL, Luiz (2022). *Se liga na arte: manual do professor*. São Paulo: Moderna, 4 v.

- DANTAS, Rosane dos Santos (2022). *A escola também é de samba: o ensino de arte como experiência e construção de um processo de aprendizagem decolonial*. Orientador: Marcílio Vieira de Souza. 2022. 70 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Mestrado Profissional em Ensino de Artes em Rede Nacional, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Artes, Departamento de Artes, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- MEIRA, Beá; PRESTO, Rafael; SOTER, Silvia; MACHADO, Taiana; ELIA, Ricardo (2018). *Mosaico arte: corpo, 6º ano: Ensino Fundamental, Anos Finais*. 2. ed. São Paulo: Scipione. ISBN: 978-85-474-0168-9 (aluno). ISBN: 978-85-474-0169-6 (professor).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes. ISBN: 85.326.1145-1.
- MUNIZ, Mariana Lima; ROCHA, Maurilio Andrade; VIVAS, Rodrigo; PEREIRA, Ana Cristina Carvalho (2018). *Rumos da Arte: Ensino Fundamental: Anos Iniciais*. São Paulo: Edições SM, 4 v.
- OLIVEIRA NETO, Marcolino Gomes de (2012). *Arte e silêncio: a Arte africana e afro-brasileira nas Diretrizes Curriculares Estaduais e no livro didático público de Arte do Paraná*. Orientador: Paulo Vinicius Baptista da Silva. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.pppe.ufpr.br/teses/M12_Marcolino%20Gomes%20de%20Oliveira%20Neto.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.
- POUGY, Eliana; VILELA, André (2018). *Teláris arte, 6º ano: Ensino Fundamental, Anos Finais*. São Paulo: Ática. ISBN: 978-85-08-19129-1 (aluno). ISBN: 978-85-08-19130-7 (professor).
- SANTANA, Moisés de Melo; LUZ, Itacir Marques da; SILVA, Auxiliadora Maria Martins (2013). *Dilemas e aporias subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003*. Educar em Revista, Curitiba, n. 47: 97-110, jan./mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100008>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31341/20049>. Acesso em: 10 maio 2023.
- SANTOS, Domingos Dutra dos; GOMES, Guilherme Aguiar (2021). *A África e a BNCC: uma análise do livro didático "História: sociedade e cidadania" de Alfredo Boulos*. Revista História em Curso, Belo Horizonte, v. 3, n. 4: 131-151, dez. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/27833/19157>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- SILVA, Mauricio Pedro da; PEREIRA, Márcia Moreira (2013). *Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos*. Em Tempo de Histórias, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB), Brasília, n. 22: 125-135, jan./jul. DOI: <https://doi.org/10.26512/emtempos.v0i22.19827>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19827/18281>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SILVA, Paulo V. B (s. d. t.). *Personagens negros e brancos em livros didáticos de Língua Portuguesa*. In: 29º Reunião Anual da ANPED. Anais [...], [s. n. t.]. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1808--Int.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos (2020). *Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer*. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, MG, v. 10, n. 2: 1396-1416, jul./dez. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559/22049>. Acesso em: 28 out. 2023.